



7 • Correio Braziliense — Brasília, domingo, 19 de abril de 2026

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,55% São Paulo	198.000 14/4 15/4 16/4 17/4	R\$ 4,983 (-0,19%)	13/abril 4,997 14/abril 4,993 15/abril 4,992 16/abril 4,992	R\$ 5,864	14,65%	14,50%	Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33 Fevereiro/2026 0,70 Março/2026 0,88

» Entrevista | JOSEPH COURI | PRESIDENTE DA ASSIMPI

Representante das micro e pequenas indústrias de São Paulo alerta para perda de competitividade se a tarifa for revogada

Fim da taxa das blusinhas “é crime”

» RAPHAEL PATI

O aumento da tributação sobre produtos importados em 2024 causou prejuízos para a reputação do governo, que, às vésperas das eleições, estuda rever a chamada “taxa das blusinhas”. Apesar de ter elevado a arrecadação, a tarifa tem prejudicado os próprios Correios e tem incomodado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inclinando a revogar a medida. A discussão chegará, ainda, ao Congresso, segundo o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

O fim da tarifa, no entanto, é criticado pelo setor produtivo nacional, que enxerga esse movimento como uma ameaça às empresas nacionais. Representante das micro e pequenas indústrias, o presidente da Associação Nacional do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Assimpi), Joseph Couri, disse, em entrevista ao Correio, que a extinção da taxa seria um “crime” e citou o cenário de juros elevados no país, bem acima da média global.

Couri disse, ainda, ver dificuldades na proposta que reduz a jornada de trabalho e acaba com a escala 6x1, e comentou que a Assimpi, no Legislativo, luta para elevar o teto de faturamento do Microempreendedor Individual (MEI). Confira os principais trechos da entrevista:

Qual a sua avaliação sobre o possível fim da “taxa das blusinhas”?

É um crime acabar com essa taxa de importação. Qual é a taxa de juros hoje no Brasil? Tem alguém no mundo perto dessa taxa? Não. Em relação à carga tributária, tem algum lugar do mundo próximo ao que nós temos? Não. Como é que você vai concorrer com esse cara? Se você não tributar essa importação, você está demitindo aqui no Brasil para gerar emprego em outro lugar do mundo.

Qual o posicionamento da Assimpi sobre o projeto de lei que extingue a escala 6x1?

Há duas vertentes nesse assunto. Sobre o aspecto social, é mais do que justa a redução de 44 para 40 horas. Não para 36, como se comentava, mas para 40. Esse é o aspecto social, humano, para você ter mais tempo para ficar com a família e etc. Ótimo, lindo. Agora, a grande verdade é que isso traz custos. Esses custos acabam sendo repassados para quem não está tendo aumento salarial. Então, você está trazendo e levando para eles uma perda de poder aquisitivo, porque os preços vão subir e, indiscutivelmente, o salário não acompanha nesse momento. Você está dando mais tempo para ele, com o mesmo salário, mas com uma perda de poder aquisitivo.

A redução da escala 6x1 pode limitar o ganho de produtividade das micro e pequenas empresas?

O limitador será o poder de compra. Vamos dar um exemplo hipotético: você ganha R\$ 2 mil por mês e trabalha 44 horas. Vai ganhar os mesmos R\$ 2 mil, trabalhando 40 horas. Você não perdeu o

poder de compra. Só que o que vai acontecer no preço dos produtos? O preço dos produtos vai aumentar 7%, 10%, 20%. Quanto maior a incidência de mão de obra, maior será o impacto. Nos pequenos negócios, a esmagadora maioria é intensiva em mão de obra. Então, você terá um maior aumento de preço na base da pirâmide, que é um efeito de cascata.

Qual o impacto no bolso?

Você vai continuar ganhando R\$ 2 mil. No melhor cenário, você vai ter 7% a menos de possibilidade de ir ao restaurante, por exemplo, e assim por diante. Esse é um lado que tem que ser levado em consideração. Acho que, se a gente for falar do aspecto humano, que eu respeito muito, eu acho que é importante que haja isso. Agora, economicamente, vai ser um problema muito sério.

O sindicato percebe uma distorção no teto de remuneração para os Meis, que, desde 2018, é de R\$ 81 mil. Qual é o valor possível para solucionar essa defasagem?

Existe um projeto de lei, em regime de urgência, no Congresso Nacional. O texto original fala que o novo enquadramento seria em torno de R\$ 130 mil, mas várias emendas elevam para R\$ 150 mil o teto, que é o que seria a correção no período, se levarmos em conta o índice do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado). E ele traz a possibilidade do MeI contratar duas pessoas, e traz uma correção anual do limite do teto baseado no IPCA (Índice Nacional de Preços sobre o Consumidor Amplo).

Por que aumentar esse valor?

Primeiro, porque, não tendo essa correção, você diminuiu praticamente 80% o tamanho da empresa que podia estar cadastrada como MeI. Ou seja, você expulsa ela do regime para cair no regime onde ela vai pagar muito mais imposto, ou você empurra o empresário para a informalidade.

E qual o quadro atual dessas empresas?

Você tem 20 milhões de empresas informais e quase 17 milhões de empresas MeI. Ora, os números falam por si só. Por que tanta informalidade? Porque, primeiro, as políticas públicas não chegam na ponta. Segundo, as pessoas não têm acesso à informação. Terceiro, ela não vê o benefício do pagamento. Por isso que, todo ano, a Receita expulsa algo em torno de 1 milhão de microempresas do Simples. Esse quadro tem que mudar.

O projeto traz mudanças para outras empresas também?

Ele traz no seu bojo o aumento para R\$ 8,8 milhões as empresas que hoje estão em R\$ 4,8 milhões, no Simples, aumenta substancialmente para a microempresa, para algo em torno de R\$ 880 mil. Claro que isso precisa ser discutido ainda no Congresso.

O senhor acredita em uma ampla votação a favor, então?

Eu não tenho dúvida disso. Agora, o grande estresse é: ele (Motta) vai colocar, ou não vai colocar (em pauta)? Vai ser antes

Divulgação/Assimpi



Qual é a taxa de juros hoje no Brasil? Tem alguém no mundo perto dessa taxa? Não. Se você não tributar essa importação, você está demitindo aqui no Brasil para gerar emprego em outro lugar do mundo”

da eleição ou depois? E qual vai ser o combate? Porque tem muita gente que não quer um aumento do teto, especialmente na área arrecadatória. Eu tenho certeza que o Executivo é sensível à causa, que o Legislativo é extremamente sensível. Acho que esse é o cenário que está aí, que está para ser votado e esperamos que o presidente Hugo Motta coloque em votação ou marque a agenda para a votação.

O senhor acha que será viável incluir o dispositivo que atrela o teto de faturamento à inflação?

Temos que ser bastante realistas e verdadeiros. Se não tiver essa cláusula de atualização, o que é que vai acontecer daqui a um ano? Daqui a dois anos? Nós vamos ter que esperar mais oito anos para mudar de novo? É aquela velha história: você quer ser honesto? Seja honesto e exija honestidade na outra ponta.

Qual a sua avaliação sobre a postura do governo atual em relação aos Meis? Acha que houve mais incentivo para deixar a informalidade?

Eu diria que existe, indiscutivelmente, por parte do governo federal, como um todo, e também de governos estaduais, um esforço grande de políticas voltadas para o MeI, para a microempresa, para a pequena empresa e até para a média empresa. O problema é que essas políticas não chegam à ponta, porque os órgãos hoje, que falam tanto em nome dessas empresas, não estão chegando na ponta.

E por que isso não acontece?

Você tem políticas para tudo que é lado, que estão aí, que estão em vigor. As prefeituras desconhecem esses projetos. Estão implantados. O sistema financeiro não leva isso para a ponta das empresas. E a política pública federal e estadual não chega para os pequenos empresários. E o que nós estamos fazendo? Nós apresentamos alguns projetos que estão em análise e somos a única entidade que tem exclusivamente esse foco. Quer combater isso? Venha com a gente. Quer deixar como está? Não venha com a gente. É simples. As coisas são muito claras. Os números não gritam, eles berram.

EDIÇÃO Nº 1049 | ANO 51

Boletim informativo das Organizações PaulOctavio

19 DE ABRIL DE 2026 | BRASÍLIA/DF

Informe publicitário



NOROESTE

RESIDENCIAL OCEANIA É ENTREGUE E REFORÇA PARCERIA ENTRE PAULOCTAVIO E MARINHA

A construtora PaulOctavio realizou, nesta semana, a entrega oficial do Residencial Oceania, no Noroeste, consolidando mais um projeto de alto padrão voltado à qualidade de vida. O empreendimento, localizado na quadra 302, bloco K, foi desenvolvido para atender a militares e beneficiários da Marinha do Brasil. A cerimônia contou com a presença de autoridades, como o comandante da Marinha, Marcos Sampaio Olsen.

Com área total de aproximadamente 14,4 mil m², o Residencial reúne seis pavimentos e 66 unidades. Os apartamentos variam entre 93 m² e 207 m², com três quartos e ambientes planejados para conforto e funcionalidade. O projeto segue as diretrizes urbanísticas de Brasília, com pilotis, garagem e cobertura com área de lazer comum. Entre os diferenciais, estão soluções sustentáveis como energia solar, reaproveitamento de águas pluviais e automação da iluminação, em consonância com o perfil do Noroeste.

Durante o evento, o vice-almirante Alexandrino Machado Neto, presidente da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha (CCCPM), destacou o compromisso da armada em ampliar o acesso à moradia. Paulo Octávio ressaltou a entrega como resultado de quatro anos de trabalho dedicado. A parceria entre a construtora e a Marinha evidencia uma relação baseada em confiança, qualidade e seu cumprimento de prazos. Com mais essa entrega, a PaulOctavio reafirma sua tradição e protagonismo no desenvolvimento imobiliário de Brasília.

www.paulooctavio.com.br